

Fragelli quer que Congresso

Brasília — O Presidente do Senado, José Fragelli (PMDB-MT), discorda dos líderes da Aliança Democrática no que se refere ao encaminhamento do acordo do Brasil com o FMI. Fragelli entende que, no momento em que as atuais negociações se transformarem em novos compromissos, o acordo, ao contrário do que pregam os líderes do Governo, deverá ser votado pelo Congresso.

— A palavra final é do Congresso, na medida em que se trata de um assunto que afeta toda a sociedade. Se o Legislativo não tiver esta capacidade, ele será marginalizado e voltará à situação antiga — disse o parlamentar, momentos depois de uma audiência com o Presidente José Sarney.

Fragelli acaba de retornar de uma viagem aos Estados Unidos, onde se convenceu de que os credores internacionais têm receio da participação do Congresso brasileiro na negociação da dívida. Daí seu entendimento de que Câmara e Senado devem ser ouvidos na formalização de acordos com os credores internacionais. Em sua opinião, contra o acordo, na hora da votação, poderão surgir vozes discordantes, mas não partidos.

Entretanto, o presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, não acha tão urgente a participação do Legislativo na negociação da dívida. Para ele, é preciso distinguir entre acordo e negociação e, em sua opinião, o Governo deve ter autonomia para negociar sem a interferência do Congresso. Ulysses observa ainda que o Presidente Sarney tem informado à Nação e ao Congresso, "com toda a clareza", sobre a negociação da dívida.

— Nos termos contratuais da negociação, se o Governo assumir novas organizações, elas devem ser submetidas ao Congresso para que este as autorize. Não sou a favor de que o Congresso se imiscua nas negociações, mas que autorize os termos finais — contrapõe Fragelli, desejoso de que ao Legislativo caiba o poder de estabelecer correções em alguns dispositivos eventualmente inaceitáveis das negociações.

Na conversa com o Presidente da República, Fragelli não se referiu à necessidade de participação do Congresso na negociação da dívida, mas conseguiu o apoio de Sarney para a idéia de que é fundamental estreitar o relacionamento do Congresso Brasileiro com o dos Estados Unidos.

Ao tomar conhecimento de que o Congresso americano tem poderes de iniciativa sobre as principais medidas de natureza econômica, ele quer promover um intercâmbio entre os dois Legislativos, a fim de conquistar a simpatia de parlamentares americanos para o exame da dívida externa do Brasil.

— Se conseguirmos um bom intercâmbio com parlamentares americanos, poderemos reverter essa tendência a impor barreiras protecionistas contra produtos que exportamos, como o aço e os calçados. Se os parlamentares americanos vierem mais ao Brasil, terão outra disposição na hora de examinar nossa dívida — afirmou Fragelli, obtendo a inteira aquiescência de Sarney.

Só a Coréia, segundo Fragelli, promove 50 visitas anuais de parlamentares americanos com a finalidade de estreitar esse relacionamento. Para o presidente do Senado, mesmo que essas visitas signifiquem altos gastos em dólares, as cifras serão inexpressivas se comparadas com os ganhos que o Brasil obterá, convencendo parlamentares americanos da peculiaridade de seus problemas econômicos.

— Não serão visitas destinadas a passeios, mas com a finalidade de entrosar esses parlamentares com os nossos problemas. Com o poder de decisão que têm os congressistas americanos, teremos seguramente garantida uma simpatia com relação aos nossos assuntos — acentuou Fragelli a Sarney.

Pimenta busca fórmula certa

Brasília — O líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, garantiu que o Congresso participará do fechamento dos acordos entre o Brasil e o FMI e para isso estão sendo estudadas fórmulas que permitam uma participação sem que o Executivo fique manietado.

— Na fase de negociações, o Congresso não pode participar, só na fase de assinatura dos contratos — disse Pimenta, informando que estão sendo estudadas formas para essa participação, mas até agora a única definição é que o Congresso participará, de uma forma ou de outra.

A participação dos congressistas, segundo o líder do PMDB, não dependerá de emenda à Constituição, como querem alguns deputados:

— Votar emenda constitucional, agora, é ilusão. Não se votará outra emenda, senão a da Constituinte durante todo esse período parlamentar — garantiu.

Disse, ainda, que não será preciso emendar, porque já existem dispositivos constitucionais que garantem participação do Congresso. O dispositivo em questão é o inciso X do Artigo 81 da Constituição, que prevê a aprovação pelo Congresso dos tratados e atos internacionais.

Vote acordos da dívida